

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT21.034

PODE A EDUCAÇÃO FENECER O MPC? ENSAIO ACERCA DAS “PRÁTICAS ANTI - HEGEMÔNICAS” NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA!

DEYVID BRAGA FERREIRA

Doutorando em Linguística (UFAL/PPGLL/FALE - 2020.01). E-mail: deyvidbrafe@bol.com.br

JAVAN SAMI ARAÚJO DOS SANTOS

Doutor e Mestre em Educação (UFAL). E-mail: javansami@hotmail.com

GEISA CARLA GONÇALVES FERREIRA

Doutora e Mestra em Educação (UFAL). E-mail: geisa.ferreira@cedu.ufal.br

VANESSA SÁTIRO DOS SANTOS

Doutora em Educação (UFAL). E-mail: vanessasatiro82@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por escopo apresentar a possibilidade do atual Modo de Produção Capitalista (MPC), ser fenecido pela utilização de uma educação emancipatória, que faça resistência à imposição pedagógica hegemônica imposta pelo capital. A metodologia utilizada para desvelar tal problemática, foi à pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Para desvelar tal problemática, fora realizado um trabalho de pesquisa qualitativo com revisão bibliográfica. Os resultados desta pesquisa mostraram ser possível, através de uma educação emancipatória, buscar contrapor os anseios do capital de perpetuar o seu projeto de sociabilidade.

Palavras-chave: Educação. Prática Anti-Hegemônica. Emancipação.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos no fenômeno educacional e, por esta via, o labor docente em seus diversos níveis (socialização, letramento, fundamental, médio, superior.) é possível imaginar que ambos temos possibilidades diametralmente opostas; se por um lado, podem ser usados pelo Estado como instrumento de perpetuação de seu projeto hegemônico, por outro lado, podem ser instrumentos do proletário para fenecimento do ente Estado, mediados por uma pedagogia emancipatória.

A questão da atividade docente na educação brasileira – da colônia aos dias atuais - caracteriza-se como campo de permanentes disputas de interesses políticos. Os aspectos controlados incluem desde a frequência; a maneira de vestir-se; a conduta; a metodologia utilizada; a organização dos conteúdos; a base teórica e filosófica adotada e o posicionamento político. Isso acontece porque, como já dito em Cavalcante (2007, p. 19), “a classe social que detém o controle do poder político, através do Estado, sempre utiliza a educação no sentido de realizar (pelo menos em parte) seus objetivos”.

Quando os docentes buscam promover uma educação emancipatória para seus alunos, de sorte que estes sejam protagonistas de suas próprias trajetórias, fomentos nestes uma consciência crítica, são muitas vezes perseguidos e admoestados por não “repetirem o mesmo de novo”. É sobre este prisma, que desenvolveremos este artigo!

METODOLOGIA

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, com revisão bibliográfica, tendo em vista buscarmos subsídios teóricos – doutrinários para tratarmos da relação entre educação e Modo de Produção Capitalista, conforme FLICK (2008).

Com isto, buscaremos dar um norte acerca da seguinte questão: é possível, que uma educação emancipatória que se utilize de praticas contarias ao interesse do capital (e por isso, Anti-Hegemônicas), consiga plantar uma semente e, num tempo futuro, fenececer o Estado?

A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA A BUSCA PELO PODER HEGEMÔNICO: A EDUCAÇÃO ENQUANTO PALCO DE DISPUTAS

Ao analisarmos os séculos XX e XXI poderemos perceber que em virtude das correlações de força envolvidas em cada momento histórico desses séculos, a história nos mostra de que forma e sob quais condições, as classes sociais em disputa demonstrarão como será realizada a articulação entre política e economia, atendendo aos seus próprios interesses (o do capital dominante).

Mesmo tendo havido no Brasil um rosário de movimentos que lutassem pelo acesso indistinto das classes menos favorecidas a uma educação de qualidade, inclusive a das forças de segurança pública, estas sempre foram manobradas e atenderam aos anseios burgueses.

Nesse período, é assente a politização da sociedade civil organizada, onde os grupos de poder que a compõe, de forma mais incisiva, buscam formas não só de perpetuação de seus múltiplos interesse, mas de implementação dos seus projetos de sociabilidade, incidindo diretamente nas decisões estatais (BOBBIO, 1992). Buscam obter, nesse sentido, consentimento, quer ativo ou passivo, para a aplicabilidade de seus projetos sociabilísticos e antagônicos, com o fito de consolidação de direitos previstos não só nas constituições vigentes, mas na criação ou ampliação de outros que porventura possuam interesse.

Essa mesma politização sociedade civil contribui para que o consenso ou adesão espontânea de indivíduos ou grupos aos projetos das classes sociais em disputa na sociedade civil (e também no Estado...), passe a se constituir, ao mesmo tempo, em importante instrumento de dominação da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas. (NEVES e SANT'ANNA, 2005, p. 23).

A partir deste momento, através da disputa pelo direcionamento que a sociedade deve seguir no melhor interesse de preservar seu "*status quo*", a classe dominante conseguirá convencer a quase totalidade da sociedade de que seus interesses comungam das mesmas afinidades, propiciando legitimidade para seus pleitos. Com isto, pode-se consolidar uma ideologia hegemônica de: orientação intelectual, política, moral, e cultural das classes policiais.

Para que se logre êxito em sua empreitada, o estado enquanto elemento garantidor/ reproduzidor dos anseios das classes dominantes criou e continua a criar

políticas orientadas a manutenção de uma “**pedagogia de hegemonia**”, adaptando no seio social, peculiaridades no desenvolvimento da: cultura, moral e ética, ou seja, nos valores basilares do cotidiano que regulam as práticas de convívio/convivência entre os membros da sociedade. Tudo na finalidade de reformular, a bem de seu interesse, as práticas educativas aos “novos interesses” do capitalismo.

E com a educação¹, tal situação não deixa de ser diferente. A cada nova reforma, a cada alteração e promulgação de novas leis que buscam aperfeiçoar a LDB, articulam-se cada vez mais, tramas de manutenção do projeto de sociabilidade burguês, dissimulando as contradições e os conflitos reais que ocorrem no seio social, onde os órgãos de imprensa financiados pelo capital irão transmitir certas “comunicações” aos ouvintes ante a posição que eles ocupam na sociedade.

Pois cada vez mais, abre-se um fosso entre as classes, uma que terá explorada sua força de trabalho como único meio possível de sobrevivência, e a outra detentora dos meios de produção; e a outra, detentora dos meios de produção, que será a exploradora, pois em uma sociedade calcada na estratificação social, a educação é o reflexo do poder e autoridade emanada do “governo” e das classes dominantes que se utiliza deste instrumento para transmitir seu projeto de ordem política e cultural.

Sendo o estado capitalista um estado de classes, (este) tende a organizar a escola em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme a concepção de mundo da classe dominante e dirigente... A escola,..., sob a hegemonia burguesa, vem se estruturando com vistas a formar,..., um intelectual urbano de novo tipo, que apresenta como características principais o aumento da capacidade técnica necessária a reprodução ampliada das relações capitalistas de produção e uma nova capacitação dirigente. (NEVES e SANT’ANNA, 2005, p. 29).

Todo processo de busca pela hegemonia política, onde a classe dominante tende a modificar a realidade dando-lhe novo sentido e renomeando-lhe, utiliza-se de uma transformação dos sentidos, das categorias, dos conceitos e dos discursos para legitimar suas reformas, pois na visão capitalista somente elas atendem as questões reivindicadas pela sociedade. Nessa perspectiva,

Não há, pois, discurso neutro ou inocente. Todo discurso é ideológico, uma vez que ao ser produzido, o sujeito o faz a partir de um lugar social,

1 Assim como a BNCC, nos trabalhos de: Cavalcante, Saviani, Gadotti, Frigoto...

de uma perspectiva ideológica, e assim veiculam suas crenças, valores, visões de mundo que representam os lugares sociais que este ocupa. O discurso é, pois, campo de mediações que articula novos sentidos aos já conhecidos. Ele tem a capacidade de (re) significar o já dito... (CAVALCANTE, 2007, p. 53)

Ao se pensar na educação ofertada pelo Estado, enquanto agente perpetuador dos ideais burgueses da classe dominante, esta terá o escopo de difundir uma pedagogia hegemônica, limitando a classe laboral ao conformismo ou ostracismo, ditando o que será o ideal, as idéias e as práticas que devem passar na sua aprendizagem.

A “pedagogia da hegemonia”, portanto, é um alargamento no conceito de cidadania, de forma ideológica e maniqueísta, que visa unicamente impedir o nível de conscientização política e organizacional das classes subalternas (trabalhadores) de alcançarem consciência do direito que possuem na participação da condução do estado, podendo gerir o processo legislativo (elaboração das leis) e administrativo (administração pública), alcançando, com isto, o “*status*” de classe social dominante sob os grupos que disto não se conscientizaram, passando a ser o grupo social subordinado.

TEORIA DA PIRÂMIDE SOCIAL DE MARX

O legado de Marx nos mostra uma “forma diferente” de pensarmos a existência humana, tudo, inclusive a educação, deve ser pensada dentro de critérios econômicos, pois “*a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política*” (Marx, 2008. pp. 47). E, para dar azo a sua teoria, Marx cria seu próprio método de análise social: o materialismo histórico-dialético, para poder compreender que a evolução do ser humano não pode ser entendida desvinculando-se a economia da história.

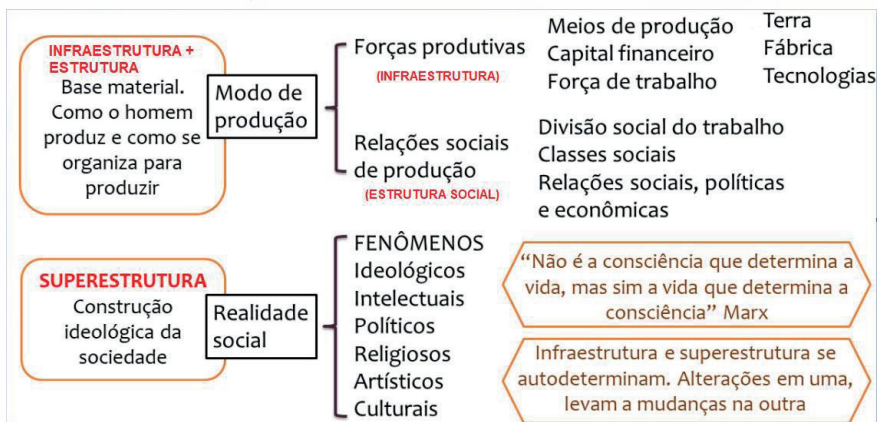
Ou seja, o estudo das sociedades, em cada momento histórico (escravismo, feudalismo e capitalismo), deve ser atrelado ao estudo da situação econômica dada. Com esta teoria, Marx propõe uma teoria da práxis, um suporte teórico-analítico que o permite buscar não só compreender, mas transformar a realidade a sua volta e que serão essenciais para a explicação do modo de produção e reprodução de toda a vida material, que se acha condicionada ao processo de vida social, política e intelectual; para isso, recorreu à metáfora do edifício, com seus conceitos de infraestrutura e superestrutura. (Abbagnano, 2007, pp. 273-274 e 651-653).

Por **materialismo dialético**, entendemos ser uma teoria explicativa da realidade (realidade esta tanto histórica, quanto natural), através da qual seu intérprete deverá passar da abstração ao concreto, da consciência ao real, onde: objeto, natureza e realidade obrigatoriamente não farão parte apenas do mundo da consciência, mas do mundo do real. Todo este processo terá idas e vindas, se interpenetrarão, sofrerão embates para que possamos compreender a história e seus antagonismos, a fim de podermos superá-los. Já o **materialismo histórico** é uma forma de se interpretar a história da humanidade, através das lutas de classes, observando-se o crescimento das forças de produção (meios de produção e força de trabalho) e, com isso, compreendendo o curso geral da história do ser humano.

A partir destas premissas, Marx se propõe a analisar a **Estrutura da Sociedade** (relação que ocorre entre a Sociedade x Sociedade) por intermédio de dois conceitos: **Infraestrutura** (relação que ocorre entre a Natureza x Sociedade) e de **Superestrutura** (relação que ocorre entre Instituições x Sociedade):

[...] Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a **estrutura econômica** da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma **superestrutura** jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. [grifos nossos] (Marx, 2008, pp. 47).

Figura 01: Demonstração da Teoria da Infraestrutura, Estrutura e da Superestrutura.



Fonte: Disponível em: <https://www.clicksociologico.com/>. Acessada em 27/01/2021. Observação: foram feitas alterações na imagem, para se adequar a forma como a teoria está sendo defendida.

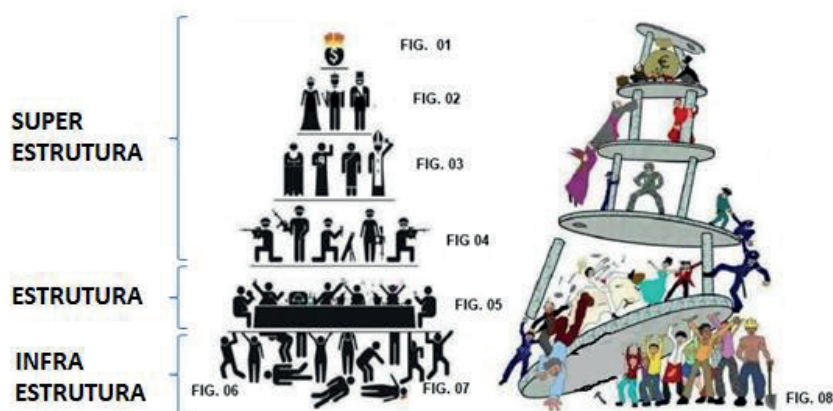
Chamaremos de **Infraestrutura** (relação que ocorre entre a Natureza x Sociedade), dentro de um dado **Modo de Produção**, o conjunto de todas as **Forças Produtivas** que são as responsáveis pelas condições materiais de produção. Esta parte inscreve-se na base do edifício, onde encontraremos as classes despossuídas dos meios de produção, que vendem seu suor para subsistir, caracterizando-se pela utilização de métodos e técnicas de transformação da natureza, para a produção de riquezas (bens e serviços). Isso ocorrerá através de um processo de prévia-ideação², que se utilizará dos meios de produção: a terra, as fábricas, os insumos tecnológicos (ferramental ou maquinal) ou outros instrumentos, de modo a criar mercadorias/bens pelo seu trabalho.

Em relação à **estrutura social** (relação que ocorre entre a Sociedade x Sociedade), entendemos que esta se liga umbilicalmente a **Relação de Produção**, onde as questões de mando e subserviência (como a divisão de classes e a divisão social do trabalho), para as execuções das atividades de produção, irão aparecer. Será neste andar do edifício, que observaremos de que modo os elementos atinentes ao processo de trabalho (produto final, técnicas –tecnologias – instrumentos, matérias primas e os explorados/trabalhadores), aparecerão.

E por fim, teremos a **Superestrutura** (relação que ocorre entre Instituições x Sociedade), que será o andar erguido acima dos conflitos entre as classes antagônicas (detentoras e “reles usuárias” dos meios de produção), com o escopo de manter incólumes as relações de mando e subserviência suportadas pela classe de trabalhadores, comportando as “formas gerais de consciências”: religião, Estado, ciência, artes, política, cultura, Ideologia, filosofia... Neste “*locus*”, tanto o Estado, quanto seus Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e os seus Aparelhos Repressores de Estado (ARE) atuarão de forma a incutir uma visão de mundo legitimada pela classe dominante.

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 2008, pp. 47)

2 Por prévia-ideação, entendemos a capacidade que o ser humano tem, de planejar, de imaginar o que se quer produzir e, a partir deste estratagema mental, concebe-se o produto final de seu labor, ou seja, imaginar inicialmente os resultados esperados ao final do processo produtivo.

Figura 02: Teoria da pirâmide social do MPC³


Fonte: Disponível em: <https://desmotivaciones.es/7341198/Si-nos-movemos-los-de-abajo>. Acessada em 27/01/2021. Observação: foram feitas modificações na imagem, para se adequar a forma como a teoria está sendo defendida.

Gostaria de frisar que o **modo de produção** (soma da infraestrutura mais a estrutura) será determinante na geração da **superestrutura**, que por sua vez irá legitimar e manter o modo de produção que lhe deu vigência, sobre determinando-o. E, ressonâncias tanto na infraestrutura, quanto na estrutura, são sentidas na superestrutura, podendo ocorrer desde adequações no atual **modo de produção**, até sua superação.

Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, **e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com seriedade sua posição social e suas relações recíprocas**. [grifos nossos] (MARX&ENGELS, 2008, pp. 15-16).

- 3 **FIG. 01** = O capital; **FIG. 02** = Classe que manda materialmente; **FIG. 03** = Classe que manda espiritualmente; **FIG.04** = Classe que protege os interesses das classes anteriores; **FIG.05** = Classe que usufrui do trabalho da classe subsequente; **FIG.06** = Classe que trabalha por todas as outras classes; **FIG.07** = Classe que alimenta todas as outras classes; **FIG. 08** = possibilidade de, em o proletariado tomando consciência, se mobilizando e empreendendo a "ditadura do proletariado" enquanto classe -, fenecer o Estado e o MPC.

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA ANTI-HEGEMÔNICA DE EMANCIPAÇÃO

A tentativa de defesa do capital, do capitalismo como última e única alternativa societária e econômica viável para a humanidade ressoa como uma “musica” propagada por todo lado. Dentro do atual cenário global, que mostra o agravamento ou agudização das tensões sociais, o agravamento ou agudização das lutas de classe e o crescimento vertiginoso do desemprego que não fora “ainda” solucionado pelo capitalismo, ainda assim, é possível admitir que em pleno XXI século da era cristã, seja justificável a exploração do homem pelo próprio homem?

Segundo Lessa e Tonet (2004, pp. 13-14), existem duas formas possíveis de se pensar acerca deste dilema:

A primeira resposta, conservadora, (grifo nosso) afirma que há uma essência dos indivíduos humanos que os torna individualistas; e que essa essência, justamente por ser imutável, não poderia ser alterada pela história. [...] Por isso, segundo eles, o máximo que se pode almejar é desenvolver o mercado e a democracia que, para eles, são as melhores e mais civilizadas formas de disputa entre os indivíduos, não passando de um mero sonho a proposta de Marx de uma sociedade sem classes. Como poderia ser abolida a sociedade de classes, perguntam eles, se os homens são essencialmente marcados pela propriedade privada, se são individualistas, mesquinhos e egoístas?

A segunda resposta, radical, (grifo nosso) à nossa pergunta é a dos revolucionários. Afirmam eles que não só é possível, mas também necessário, que a humanidade se emancipe da exploração e da opressão. A evolução da sociedade contemporânea não nos conduzirá a formas cada vez mais civilizadas de opressão, como afirmam os conservadores, mas sim a uma barbárie crescente ou à própria extinção da humanidade. E a única forma de evitá-la é superar as desumanidades da sociedade capitalista. Para escapar a isso, afirma Marx, não há alternativa senão a emancipação humana da opressão dos homens pelos homens.

Conforme podemos observar nossa sociedade optou pelo neoliberalismo; que é um corpo teórico de ordem político-econômica, capitalista, que defende a não ingerência Estatal na economia, pregando que “a mão invisível do mercado” é auto regulatória, e que quanto maior for à liberdade do mercado, maior será o desenvolvimento econômico-social do País. Seu corpo teórico vem pregar um Estado mínimo, enxuto e competitivo com a educação “instruindo” para o mercado de

trabalho; pouca ou nenhuma intervenção governamental na economia e no mercado de trabalho; globalização dos capitais transnacionais e privatização das empresas públicas do estado, além de flagrante oposição à tributação dos capitais.

Sua implementação ocorre durante a crise que assolou o mundo na década de setenta do século passado, quando pode ser sentido por todos os países capitalistas um longo e profundo período de recessão, que trouxe, para a economia mundial, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Era preciso eleger um culpado, e eis que o Estado de Bem-Estar Social (WelfareState), com suas políticas de implementação de direitos/ conquistas sociais fora eleito o responsável.

No âmbito dessa escolha, a culpabilização incidiu sobre os direitos conquistados pelos trabalhadores que organizados em sindicatos, vinham obtendo, nas mesas/rodadas de negociação com seus patrões burgueses, sensíveis avanços trabalhistas. Quem melhor que um movimento proletário, para assumir a reponsabilidade pela sangria dos recursos atinentes ao Estado, que, na perspectiva desse modo de acumulação capitalista, consumia seus preciosos recursos com “infundados gastos sociais”?

Será que isto nos lembra de algo?

[...] o discurso político instaura uma relação específica entre a linguagem e a instituição. Nessa relação, suas formas enunciativas representam a instituição no discurso, legitimando ou deslegitimando o universo social em que se inscreve. Assim, a atividade política pode também ser definida como uma luta não só pela tomada e manutenção do poder, mas pela tomada e manutenção da palavra. Por isso, a conquista da mídia tem sido hoje uma prioridade da política, pois não basta apenas ocupar os canais de comunicação, mas também conquistar a legitimação midiática e fechar o acesso aos adversários, impondo seus consensos e valores (SILVA SOBRINHO & CAVALCANTE, 2012, pp. 94).

Logo depois da primeira guerra mundial, os países capitalistas experimentavam um crescimento econômico que perdurou após a segunda guerra mundial. Os Países industrializados adotaram formas de expansão dos direitos sociais, através da cobrança de uma elevada e progressiva carga tributária, de forma a assegurar a manutenção do emprego e da renda dos trabalhadores.

Segundo Bobbio, (1998, p. 417),

Não obstante haverem melhorado os instrumentos técnicos de previsão e controle do andamento das despesas públicas, nos países onde é

mais ampla a cobertura do seguro social (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suécia.), em fins da década de 60, as despesas governamentais tendiam a aumentar mais rapidamente que as entradas, provocando a crise fiscal do Estado. O aumento do déficit público provoca instabilidade econômica, inflação, instabilidade social, reduzindo consideravelmente as possibilidades da utilização do Welfare em função do assentimento ao sistema político.

Essa crise no Estado de Bem Estar Social, na visão neoliberal, está representada pela elevada carga tributária cobrada para sustentar os direitos sociais dos trabalhadores, que agora são vistos como um fardo para o desenvolvimento e manutenção da própria nação. Corroborando para a criação de um Estado mínimo, argumenta-se, segundo Bobbio, (1998, p. 405), que

As despesas públicas não conseguem prover, devido à diferença crescente entre as saídas necessárias e as entradas insuficientes, a distribuição de recursos que satisfaçam às aspirações de uma área cada vez mais vasta de indivíduos, cuja reprodução social só pode ser esperada da expansão das despesas sociais por parte do Estado.

Esse é o quadro de surgimento. Mas, em Meszáros encontraremos a solução para a questão atinente a elaboração de modelo educacional, que se propusesse a “educar para além do capital”, rompendo com sua lógica perversa.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas auto servidoras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, procurar margens de reforma sistemática no próprio enquadramento do sistema capitalista é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (2007, p. 25)

É preciso que se vença esta lógica perniciosa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

A alternativa será uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, perpassando por uma mudança na própria estrutura da sociedade.

Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas para além do acordo sobre este simples facto os caminhos dividem-se severamente. Pois, caso um determinado modo de reprodução da sociedade seja ele próprio tido como garantido, como o necessário quadro de intercâmbio social, nesse caso apenas são admitidos alguns ajustamentos menores em todos os domínios em nome da reforma, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações conjecturais e apriorísticas são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manterem-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas, em conformidade com as exigências inalteráveis de um sistema reprodutivo na sua totalidade lógico (MESZÁROS, 2007, p. 27).

Para Meszáros (2008), as crises enfrentadas, não só as que assolam o mercado financeiro, é a confirmação de que existe um impasse na economia global, impasse este que reside no próprio estágio do desenvolvimento capitalista. Tentando amenizar e manter este modelo hegemônico de sociedade, governos e órgãos transnacionais injetam fortunas no sistema financeiro local (com conexões ou repercussões mundiais), demonstrando um engodo que urge ser desvelado. Prova disso, é a própria economia que apenas espera a passagem da próxima “marolinha” para recomeçar seu ciclo pernicioso.

Cada nova alteração dos “técnicos” na LDB, apresenta um novo norte, salvador, para o público em geral, na educação de todos, principalmente nas camadas mais humildes. Tanto a sociedade quanto seus guardiões agora devem ter novos nortes, novos paradigmas, alinhados ao projeto societário tanto capitalista quanto neoliberal.

Para dominar, o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo. (Freire, 1987, pp. 123)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de sociabilidade burguesa, no lastro histórico e mesmo com a COVID 19, ganha fôlego e chega vitorioso em pelo 2023, pois grande parte da população mundial aceita as políticas de dominação e subserviência impostas pela

classe dominante, como a única forma plausível de convivência social frente à crise sanitária alardeada pela pandemia.

Os profissionais da educação, mais uma vez, foram silenciados. Fora tomada sua voz. Não lhe foi dado poder manifestar-se acerca da atual conjuntura, nem lhe perguntado como poderia desenvolver seu mister nestas situações: nem antes, nem agora e tão pouco depois. O político logra-se vencedor, junto com o projeto societário dominante de auxílio do capital, pois a saída alardeada será sempre a precarização das relações de trabalho (em especial o trabalho docente), principalmente com a retirada/flexibilização de direitos trabalhistas, constituindo-se num importante fator para o desestímulo e a desmobilização destes sujeitos com as práticas de contra hegemonia. Outra questão bastante gritante é a parca remuneração e o caráter sazonal de rotatividade hoje impostas ainda mais aos docentes.

Não se fala que a cada dia há recrudescimento das “democracias capitalistas” sob o **Welfare States** conquistados com muito suor e sangue pelo proletariado, além do acirramento das questões sociais, um desemprego galopante que transforma os desempregados num “exército de mão de obra sobressalente” e sem perspectivas de empregabilidade apontam para uma série de crises cíclicas cada vez mais presentes no cotidiano; crises estas socorridas com o dinheiro público, que de público não se sabe bem o que é!

Felizmente, os trabalhos de K. Marx, G. Lukács e I. Meszáros (2008 e 2009) demonstram que cada vez mais, as tensões dentro do próprio capital, que em sua tessitura é irrefreável, endêmica, crônica e permanente; chamam toda a sociedade a pagar a conta das perdas contabilizadas pelos grandes investidores, pela perda de dinheiro da classe dominante e detentora dos modos de produção e reprodução da vida em sociedade.

Entendemos que uma mudança só será possível, a partir da toma de sua real consciência e papel na sociedade, demonstrarem sua insubmissão aos ditames da classe dominante e as ingerências do capitalismo na economia, representando a única esperança de estabelecimento de uma pedagogia de contra hegemonia; com o fito de combater o projeto burguês de sociabilidade, para que através da prática de uma pedagogia contra hegemônica poderemos mudar as relações de dominação e subserviência impostas pela classe dominante e seu projeto de sociabilidade. Ou isso, ou manteremos inalteradas as relações de exploração e dominação, e continuaremos acreditando no projeto da terceira via intitulado de “um mundo, melhor e sem antagonismos”.

REFERENCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bossi. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

_____. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. Tradução de Michel Lahud *et all*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução a Análise do Discurso*. 7ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1998.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Situando a análise do discurso. In: FLORENCIO, Ana Maria Gama "*et all*". **Análise do discurso: Fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

MARTINS, André Silva & NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia e a formulação/ atuação de seus intelectuais orgânicos*. **in** NEVES, Lúcia

Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

Marx, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008 .

MELO, Adriana Almeida Sales de. *Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico.* in NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: Consolidação do projeto neoliberal na América latina. Brasil e Venezuela.** Maceió: EDUFAL, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **À direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.

MÉSZÁROS, Istévan. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, ENI P. (Org.). **Gestos de leitura da história no discurso.** Tradução de Bethânia S.C. Mariani. São Paulo: UNICAMP, 1993.

_____. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos.** 6ª Edição. Rio de janeiro: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni P. Orlandi *et all.* 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

TONET, Ivo & LESSA, Sérgio. **Introdução a Filosofia de Marx.** Publicado em 2011. Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/.../Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf> Acesso em 15 novembro 2020.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2010.